

O capitalismo dependente na visão de Florestan Fernandes

Francisco Luiz Corsi

Como citar: CORSI, Francisco Luiz. O capitalismo dependente na visão de Florestan Fernandes. *In* : TOTTI, Marcelo Augusto (org.). **100 anos de Florestan Fernandes** : legado de ciência e militância. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2022. p. 229-246. DOI: <https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p229-246>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

O CAPITALISMO DEPENDENTE NA VISÃO DE FLORESTAN FERNANDES¹

*Francisco Luiz Corsi*²

I – INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes foi um dos principais autores que discutiram a questão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil a partir de uma perspectiva crítica, objetivando a emancipação da classe trabalhadora. A contribuição de Florestan transcende de muito essa questão. Poderíamos colocá-lo como um dos grandes interpretes do Brasil ao lado de Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freire. Entretanto, nosso objetivo aqui é bastante limitado, pretendemos apenas tecer algumas breves reflexões sobre a visão do autor acerca do capitalismo dependente.

No intenso debate sobre o desenvolvimento, entre os anos de 1950 e 1970, Fernandes tinha uma posição crítica em relação aos desenvolvimentistas, que desde logo ficou evidente na sua polêmica com Guerreiro Ramos, que defendia uma sociologia que desse conta das

¹ Capítulo baseado amplamente em exposição realizada no I Encontro Sobre Pensamento Social Brasileiro da UNESP de Marília: 100 anos do nascimento de Florestan Fernandes e em Corsi (2017).

² Professor de Economia Política e Economia Brasileira da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

<https://doi.org/10.36311/2022.978-65-5954-298-7.p229-246>

especificidades da sociedade brasileira e isto implicava, segundo Ramos, desenvolver “recursos conceituais, metodológicos e teóricos específicos e exclusivos” para compreender a nossa complexa realidade. Florestan considerava essa posição insustentável, pois a teoria sociológica teria validade universal. Porém, isso não significava de forma alguma que o cientista social não devesse debruçar-se sobre as especificidades da realidade brasileira, aplicando mecanicamente a teoria na análise da sociedade nacional. Pelo contrário, o cientista social deveria buscar ajustar-se constantemente ao seu objeto de pesquisa, só assim poderia produzir conhecimentos relevantes (FERNADES, 2008, p. 29)³.

As insuficiências da análise dos desenvolvimentista não se reduziram, no entanto, apenas a perspectiva metodológica, referiam-se também a incapacidade desses teóricos articularem organicamente na análise os processos históricos, sociais, econômicas e culturais para explicar o desenvolvimento da América Latina. Deficiência presente, por exemplo, nas contribuições da CEPAL, que ao tentar explicar o desenvolvimento latino-americano enfatizou a economia e não conseguiu perceber que sem uma discussão das estruturas, dos processos sociais e políticas e da luta de classes não seria possível entender as contradições e os inúmeros obstáculos ao desenvolvimento do capitalismo na região. Ponto assinalado por Cardoso (CARDOSO; FALETTO, 2011) e que foi incorporado por Fernandes. A esse respeito, uma de suas principais contribuições é a sua discussão acerca do capitalismo dependente (FERNANDES, 1981a, 1981b, 2008).

O desenvolvimentismo desde o final da década de 1950 sofria duras críticas. Para Paul Baran (1984), que influenciou a teoria da dependência e Fernandes, o subdesenvolvimento seria resultado do próprio desenvolvimento contraditório do capitalismo, que seria desigual,

³ Esta questão é polêmica. Os teóricos cepalinos comungavam as preocupações de Guerreiro Ramos, criticando a universalidade da teoria econômica, pelo menos no que se refere a lei das vantagens comparativas, um dos pilares da teoria econômica. A crítica de Prebisch a essa validade universal foi importante para a elaboração do Estruturalismo Histórico da CEPAL, uma das mais importantes contribuições latino-americana às ciências sociais, apesar de seus limites e de sua forte carga ideológica. A teoria das vantagens comparativas não seria falsa, mas não teria validade universal. Dessa forma, não seria possível aplicar os modelos de desenvolvimento elaborados para outras realidades para a América Latina, sem levar em consideração as suas peculiaridades, que explicaríamos porque aquela teoria não seria universal. Estas constatações levaram Prebisch a elaborar uma teoria do subdesenvolvimento em contrapartida a teoria ortodoxa do desenvolvimento econômico. (RODRIGUEZ, 2009; SANTOS, 2011).

combinado e hierárquico. Na fase monopolista do capitalismo, o desenvolvimento autônomo estaria bloqueado para a periferia, que estaria condenada ao subdesenvolvimento, a não ser que fizesse a revolução socialista, não obstante seu insuficiente desenvolvimento.

A corrente marxista da teoria da dependência, cujos principais representantes eram André Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Teotônio dos Santos, influenciados por Baran, também advogavam que na fase monopolista do capitalismo não haveria possibilidade de um desenvolvimento autônomo na periferia, que estaria fadada ao subdesenvolvimento, devido sobretudo à debilidade das burguesias periféricas e a perda de grande parte do excedente econômico. Diante do insuficiente excedente, as burguesias latino-americanas imprimiam uma superexploração do trabalho, o que requeria regimes autoritários. Os países periféricos mais fortes, segundo Marini, para obter mais excedente estabeleceriam uma relação imperialista com as regiões em seu entorno, um subimperialismo. A expansão do capitalismo em escala mundial geraria, portanto, o “desenvolvimento do subdesenvolvimento”. A única saída seria a revolução socialista (VALENCIA, 2008).

A corrente liderada por Cardoso, fortemente influenciada pelas ideias da CEPAL e por Weber, defendia que a dependência não se reduzia a relação de subordinação e a apropriação de excedente, que se impõe de fora para dentro, mas seria uma relação incrustada na própria estrutura das sociedades periféricas. Para esta corrente também não existiria a possibilidade de um desenvolvimento autônomo, pois não existiria uma burguesia nacionalista capaz de sustentar um projeto de autonomia nacional e a crescente internacionalização do capital boquearia a partir da chamada internacionalização do mercado interno em meados dos anos de 1950 saídas nacionalistas. O projeto desenvolvimentista careceria de sustentação social e política. A única alternativa seria o desenvolvimento associado, embora este não assegurasse a superação da miséria e das desigualdades sociais, mesmo sem bloquear o crescimento econômico. A estreiteza do mercado interno, ao contrário do que pensava Furtado, não bloquearia o crescimento, que se sustentaria nos investimentos e no elevado

consumo das classes dominantes e médias (FIORI, 1995; MELLO, 2009; CARDOSO; FALETTO, 2011).

Florestan Fernandes tinha pontos de contato com as diferentes correntes da dependência. Enfatizava a articulação das determinações externas e internas, ao mesmo tempo em que considerava ser a economia mundial uma totalidade em movimento, na qual a periferia ocupa uma posição subordinada. Discordava que a saída fosse o desenvolvimento associado. Defendia a revolução socialista, como Marini, Frank e dos Santos (PAIVA; SILVA, 2011).

Fernandes aprofunda essa discussão sobretudo nas suas obras *o Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina, de 1972*, e *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, de 1968. Estas contribuições vieram a luz quando o desenvolvimentismo já estava em crise aberta depois do golpe militar de 1964, que evidenciou as ilusões dessa corrente, em particular a crença na existência de uma burguesia nacionalista, capaz de levar a cabo, em aliança com o proletariado, um projeto nacional de capitalismo autônomo, embora outros obstáculos ao desenvolvimento autônomo já se fizessem presentes desde a década anterior em inúmeros países latino-americanos e não apenas no Brasil. O esgotamento do nacional desenvolvimentismo foi marcado por um acirramento da luta de classes, à medida que a classe trabalhadora passou a denunciar o modelo de desenvolvimento. A reação capitalista foi a implantação de regimes ditatoriais em vários países da região em um contexto de agudização da guerra fria, especialmente depois da revolução cubana. Tendo como pano de fundo este contexto, as notas que seguem discutem o capitalismo dependente, que seria o caminho pelo qual o capitalismo se desenvolveu na América Latina.

O texto está dividido em dois itens, além desta introdução. Em seguida, discutimos o capitalismo dependente segundo de Fernandes. Por último, tecemos alguns comentários gerais.

II – O CAPITALISMO DEPENDENTE

Para entender o capitalismo dependente, Florestan retoma a discussão do processo histórico de constituição da sociedade brasileira a partir de uma perspectiva sociológica. Entender o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e no conjunto da América Latina implicaria, para o autor, discutir o processo de formação das sociedades latino-americanas no bojo da expansão do capitalismo, da qual fazem parte, e das condições encontradas tanto em Portugal e na Espanha quanto das encontradas no novo mundo. Ou seja, Fernandes, seguindo os passos de Prado Jr⁴., considerava a formação da sociedade brasileira, que serviria de referência para a análise da América Latina, como um dos elementos constitutivos do processo de expansão capitalista a partir do século XVI. A compreensão da estrutura e da dinâmica da sociedade e da economia brasileiras não seria possível sem inseri-las na economia mundial, entendida como uma totalidade hierarquizada e caracterizada pelo desenvolvimento desigual e combinado de suas partes (FERNANDES, 1981a, 1981b).

O subdesenvolvimento teria surgido e se reproduz continuamente no interior do processo de expansão capitalista. Constituiria um de seus momentos. Dessa maneira, a contínua reprodução da situação de subdesenvolvimento faz com que este não seja uma etapa a ser superada, mas sim uma forma de ser das economias periféricas dominadas pelo capital e pelos países centrais. São evidentes a influência de Furtado e Prado Jr. neste ponto, assim como a convergência com as ideias Marini e Gunder Frank. A preocupação parece ser entender a via específica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e na América Latina (FERNANDES, 1981a, 1981b; PRADO JÚNIOR, 1987; FURTADO, 2000; TRASPADINI; STEDILE, 2011).

Entretanto, Florestan (1981, a;b) não comungava da interpretação de Caio Prado Jr. (1987) segundo a qual o Brasil seria uma formação social capitalista desde o início do período colonial, pois este tipo de

⁴ Prado Jr., com base na teoria marxista, já tinha assinalado a importância da elaboração de conceitos que dessem conta das especificidades históricas da sociedade brasileira. Neste aspecto, o conceito chave seria o do sentido da colonização que norteia toda a sua análise. Um dos erros da esquerda brasileira teria sido justamente o de aplicar de forma mecânica modelos desenvolvidos para explicar outras realidades ao Brasil. Ver, entre outros, Corsi (2003).

análise não daria conta das relações sociais, da dinâmica interna da sociedade colonial. As determinações externas e a forma subordinada de inserção do Brasil na economia mundial não seriam capazes de conferir, sozinhas, um caráter capitalista a sociedade aqui estabelecida, embora fossem fundamentais para explicar suas estruturas e dinâmica. Como também discordava daqueles que defendiam ter o Brasil passado por uma fase feudal, encontrando-se nas décadas posteriores à Revolução de 1930 em plena transição para o capitalismo, dentre os quais poderíamos destacar Nelson Werneck Sodré (1971).

Para Fernandes (1981a, 1981b), a sociedade colonial seria uma sociedade estamental escravista. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil teria como base essa sociedade escravista, que teria condicionando sua dinâmica e suas estruturas sociais, políticas e econômicas. Porém, isso não significava que Florestan não teria compreendido claramente, como já tinha defendido Caio Prado, que a economia brasileira teria sido constituída para produzir excedente para os países centrais, e dessa forma contribuiria de maneira relevante para o desenvolvimento dos mesmos. Este processo de apropriação de grande parte do excedente aqui produzido seria um dos pilares estruturais da economia brasileira e de sua inserção na economia mundial, que transcenderia a fase colonial, que estaria inserida no processo de acumulação primitiva, e perpassaria toda a nossa história até os dias atuais. Não por acaso, Fernandes toma como base na sua análise das formas que o capitalismo assumiu ao longo da história do Brasil as fases de dominação externa da América Latina, quais sejam: colonialismo, neocolonialismo, imperialismo e imperialismo total. O capitalismo impunha de fora para dentro novos padrões sociais, políticos, culturais e econômicos. Contudo, esses padrões eram reelaborados e modificados a partir das condições sociais, políticas e econômicas internas. Ou seja, eram absorvidos seletivamente e adaptados às circunstâncias locais, gerando diferentes e peculiares articulações entre aspectos sociais e econômicos modernos e atrasados.

No período colonial, compreendido entre os séculos XVI e início do XIX, a dominação externa estava calcada em relações políticas, econômicas e jurídicas impostas por Portugal e Espanha à América

Latina. As metrópoles se apropriavam do grosso de excedente por meio do monopólio do comércio externo das colônias latino-americanas. Para extração desse excedente, dados as condições encontradas na América, os limites da capacidade econômica e populacional das metrópoles, os objetivos da empreitada colonial e as características sociais, políticas, culturais e econômicas das sociedades ibéricas, a organização social e da produção de bens primários para as exportações nas colônias ibéricas foram compelidas a se basearem em relações de produção pré-capitalistas e na grande propriedade. Essas sociedades eram estamentais, apresentando baixíssima mobilidade social e uma enorme concentração da riqueza, do prestígio social e do poder local nas mãos das classes proprietárias e comerciais. A grande maioria da população compunha as castas e os estratos dependentes, o que implicava, entre outros aspectos, um elevadíssimo grau de exploração. Em suas palavras:

Em termos sociológicos, os fundamentos legais e políticos dessa dominação colonial exigiam uma ordem social em que os interesses das Coroas e dos colonizadores pudessem ser institucionalmente preservados, incrementados e reforçados, sem outras considerações. Isso foi conseguido pela transplantação dos padrões ibéricos de estrutura social, adaptados aos trabalhos forçados dos nativos ou à escravidão (de nativos, africanos ou mestiços). Assim, uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial, na qual apenas os colonizadores eram capazes de participar das estruturas existentes de poder e de transmitir posição social através da linhagem 'europeia'. A estratificação resultante, porém, possuía grande flexibilidade, favorecendo a absorção e o controle de massas de nativos, africanos e mestiços, classificados em categorias de castas ou mantidos fora das estruturas estamentais, como estratos dependentes. Sob tais condições societárias, o tipo legal político de dominação colonial adquiriu o caráter de exploração ilimitada, em todos os níveis da existência humana e da produção para o benefício das Coroas e dos colonizadores. (FERNANDES, 1981a, p. 13).

A crise da dominação colonial decorreu sobretudo da decadência da Espanha e de Portugal, da consolidação da Inglaterra como nova potência

mundial a partir da Revolução industrial e do crescente descontentamento de setores internos às colônias, que se desenvolveram ao longo de três séculos de colonização, com a dominação externa. Observa-se uma transformação nas formas de dominação e de extração de excedente, que passaram a ser fundamentalmente econômicas e financeiras, assentadas em relações de mercado, mas respaldadas pelo poder militar e político da Inglaterra. A dominação externa passou a ser sobretudo indireta. Os novos Estados que emergiram da crise do sistema colonial eram frágeis, suas importações, exportações e finanças externas eram controladas pelos países centrais. Dessa maneira, parte do excedente continuou fluindo para os países centrais, sustentando a acumulação de capital nestes países. A nova fase do capitalismo aberta com a revolução industrial criou uma extensa periferia fornecedora de bens primários, que gravitava em torno da Inglaterra. Esta nova fase seria denominada de neocolonial e se estenderia até meados do século XIX (FERNANDES, 1981a, 1981b; CASTELO, 2012).

Por um lado, essas transformações não implicaram no fim da sociedade colonial, mas esta teve que adaptar-se a nova dinâmica da economia capitalista mundial, sem a necessidade de imprimir quaisquer mudanças estruturais de fundo, pois as economias latino-americanas já estavam organizadas para produzirem produtos primários. Os estímulos advindos do incremento das exportações e da retenção de parte considerável do excedente no interior das nações recém formadas reforçaram muitas das estruturas da sociedade colonial nesta nova fase. As classes dominantes locais não lutaram por uma maior autonomia. Segundo Fernandes, estavam conformadas em atuar como forças subalternas. A fragilidade das classes dominantes da América Latina devia-se sobretudo a incapacidade de desenvolver o capitalismo a partir de recursos internos e ao perigo latente de revolta das classes dominadas. Dessa forma, abdicaram, receosas de perder a posição social que ocupavam, de promover qualquer transformação estrutural de mais largo escopo. Este comportamento tornar-se-ia recorrente na história da região. Ou seja, tornou-se um padrão de comportamento das classes dominantes (FERNANDES, 1981a, 1981b).

Por outro lado, na fase neocolonial, abriram-se novas possibilidades de desenvolvimento, em particular devido à constituição de Estados

formalmente independentes. Observa-se certo desenvolvimento comercial, com a emergência de mercados capitalistas nos maiores centros urbanos. Parte do excedente, que anteriormente era apropriado pelas metrópoles, passou a ficar retido internamente, o que contribuiu para impulsionar a atividade econômica. Ademais, foram introduzidas novas instituições econômicas, novas técnicas sociais e novas formas de associação entre interesses internos e externos. No entanto, as estruturas da sociedade pouco se alteraram. Florestan deixa claro os limites dos novos impulsos observados nesta fase:

Entretanto, a dominação externa era uma realidade concreta e permanente, a despeito do seu caráter como processo puramente econômico. Os efeitos estruturais e históricos dessa dominação foram agravados pelo fato de que os novos controles desempenhavam uma função reconhecida: a manutenção dos status quo ante da economia, com o apoio e a cumplicidade das 'classes exportadoras' (os produtores rurais) e os seus agentes ou os comerciantes urbanos. O esforço necessário para alterar toda a infraestrutura da economia parecia tão difícil e caro que esses setores sociais e suas elites no poder preferiram escolher um papel econômico secundário e dependente, aceitando como vantajosa a perpetuação das estruturas econômicas construídas sob o antigo sistema colonial. (FERNANDES, 1981a, p. 16-17).

Apenas a partir do final do século XIX, possibilidades mais amplas de mudança seriam observadas. Mais uma vez o impulso para essas mudanças viria de fora para dentro. As transformações ocorridas no capitalismo neste período inauguraram outra fase na dominação externa na América Latina, a fase imperialista. O imperialismo impôs uma integração mais ampla e profunda da região à economia mundial e, ao mesmo tempo, desencadeou o desenvolvimento do capitalismo dependente na região. Segundo Fernandes, o capitalismo dependente, que se forma e expande na fase imperialista, se desenvolveu tendo como ponto de partida uma sociedade escravista em crise terminal. O capitalismo dependente constituiria a via de desenvolvimento do capitalismo no Brasil e de todos

os outros países latino-americanos⁵. Esta perspectiva seria desenvolvida pela corrente do capitalismo tardio, embora essa corrente também tenha sofrido influência de outras perspectivas teóricas.

Contudo, nesta nova fase não se observa um aprofundamento da revolução burguesa, apesar do desenvolvimento do capitalismo, caracterizado, entre outros aspectos, pelos avanços ocorridos na infraestrutura, na urbanização, no desenvolvimento de uma indústria leve e sobretudo na introdução do trabalho livre⁶. Cada vez mais a sociedade torna-se uma sociedade competitiva, com consequências para as formas de classificação social, pautadas agora pela ampliação crescente da forma mercadorista. Mas isso em nada alterou o comportamento subalterno da burguesia, pois seu medo atávico das classes subalternas a impedia, como já assinalado, de promover qualquer transformação social de fundo, que pudesse ameaçar ou comprometer sua posição social, seus privilégios e seus interesses. O moderno continuou como dantes articulado ao atrasado. A manutenção dessa articulação era considerada por Florestan como fundamental para garantir os privilégios das classes dominantes. No entanto, o desenvolvimento do capitalismo dependente ampliou consideravelmente os espaços de acumulação de capital para os países imperialistas e para os capitais nacionais, em decorrência de uma série de fatores, cabendo destaque para a ampliação dos mercados internos, dos investimentos na infraestrutura e das dívidas dos países latino-americanos. Embora o processo de revolução burguesa se estendesse no tempo e caminhasse de forma lenta, a crescente mercantilização da sociedade e o impulso sofrido pelo processo de acumulação levaram o capitalismo dependente entrar, em um período relativamente curto, na fase monopolista, pelo menos para alguns poucos países da América Latina, dentre eles principalmente o Brasil (FERNANDES, 1981a, 1981b).

⁵ Nas palavras de Florestan: “As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista, e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina.” (FERNANDES, 1981a, p. 16).

⁶ Segundo Fernandes: “Na realidade, a revolução burguesa não foi acelerada, mesmo nos países mais avançados da América Latina, através de um impulso econômico deliberado procedente da Europa.” (FERNANDES, 1981a, p. 17).

O período que se seguiu a II Guerra Mundial, sob a hegemonia dos Estados Unidos, teve início, segundo Florestan (1981a), outra fase da dominação externa, por ele denominada de imperialismo total. Nesta fase, se observa o aprofundamento do processo de internacionalização do capital. As empresas multinacionais penetram profundamente em algumas economias periféricas, dominando seus setores mais dinâmicos e introduzindo novas formas de consumo, de organização empresarial, de concorrência, de propaganda e de produção. Como no passado, esta nova forma de penetração do capital estrangeiro foi obrigada a se adaptar à situação interna dos diferentes países, resultando em um capitalismo monopolista bastante peculiar. Este processo, contudo, reforçaria o subdesenvolvimento, dissolvendo qualquer ilusão de desenvolvimento autônomo (FERNANDES, 1981a; PAIVA; SILVA, 2011; CASTELO, 2012).

A partir dessa trajetória histórica, que levou a constituição de um capitalismo dependente na América Latina, seria importante, mesmo que esquematicamente, discutir as principais características e a dinâmica dessa via de desenvolvimento. A concentração da renda, da propriedade, do poder e do prestígio social, características estruturais do capitalismo dependente, geraram a exclusão social, política e econômica do grosso da população. A sociedade extremamente desigual, fruto desse processo histórico, não corresponderia necessariamente a uma situação de baixo crescimento e estagnação das forças produtivas (FERNANDES, 2008). No caso do Brasil, pelo menos até o final dos anos de 1970, observamos intenso crescimento econômico.

Não obstante o crescimento econômico, o capitalismo dependente mostra-se incapaz de superar a situação de dependência que é imposta de fora para dentro, mas que é, simultaneamente, uma opção política das classes dominantes, que reconhecem no subdesenvolvimento e na dependência o seu interesse e a única possibilidade de manter sua posição social. A resistência por parte dos dominantes em promover transformações estruturais na sociedade e a manutenção de muitos de seus aspectos arcaicos se devem sobretudo a duas razões, a saber: o receio de um levante das massas populares e a fraqueza das classes dominadas em termos de organização e consciência política, pois no capitalismo dependente

estas classes apresentariam grande dificuldade de forjar uma organização independente e um projeto revolucionário. Ao que se soma às imposições do imperialismo, voltadas para manter a dependência. Dessa maneira, a articulação de elementos internos e externos impede a superação da dependência, que é central na determinação do subdesenvolvimento. A análise de Fernandes indica que o projeto das classes dominantes da América Latina seria o capitalismo dependente (FERNANDES, 2008).

A persistência das situações de dependência indica] a incapacidade dos países latino-americanos de impedir sua incorporação dependente ao espaço econômico, cultural e político das sucessivas nações capitalistas hegemônicas [...] Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. Por outro lado, uma organização aristocrática, oligárquica ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício de um estilo democrático de vida. A integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político tornou-se impossível [...] uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente pelos esforços de sua burguesia (isto é, lato sensu, os setores dominantes das classes alta e média), o subdesenvolvimento e suas consequências. Como ocorre com os interesses privados externos, os interesses privados internos estão empenhados na exploração do subdesenvolvimento em termos de orientações de valor extremamente egoístas e particularistas [...] A ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional foi destruída conjuntamente com os papéis econômicos, culturais e políticos estratégicos das elites no poder latino-americanas. Agora, uma nova imagem do capitalismo [...], da 'burguesia nacional' e da 'interdependência internacional' das economias capitalistas está sendo reconstruída, para justificar a transição atual e para criar a nova espécie de ideologia e de utopias burguesas dependentes. (FERNANDES, 1981a, p. 11-19).

O capitalismo dependente como projeto poderia ser interpretado como a integração associada ao capital estrangeiro na fase do imperialismo total. A estratégia de integração neoliberal na fase de mundialização do capital, inspirada no chamado Consenso de Washington, seria um desdobramento desse projeto, que avançou de forma avassaladora pela América Latina a partir do final da década de 1980. No caso brasileiro, a forma pela qual se deu a inserção no capitalismo global, sob o comando de Fernando Henrique Cardoso, seria o aprofundamento do projeto da burguesia dependente brasileira. Este padrão histórico de comportamento político das classes dominantes expressa as suas fraquezas, que derivam em última instância da própria situação de dependência, que por sua vez também condiciona o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo dependente.

No capitalismo dependente as transformações estruturais são truncadas, lentas, limitadas e seguem a reboque das mudanças do capitalismo mundial, que obriga a sociedade periférica a seguir as mutantes condições da acumulação de capital, embora este processo seja marcado por inúmeras adaptações às circunstâncias internas de cada país. Ou seja, os novos padrões sociais e econômicos impostos pelo imperialismo são adaptados às circunstâncias locais. As velhas estruturas não são destruídas, mas modificadas e servem de base para a modernização da economia e da sociedade. Este processo ocorre sob o comando das classes dominantes, que logram impor seus interesses e sustentar suas posições por meio de uma modernização conservadora. Neste processo, os dominantes buscam de todas as maneiras fechar qualquer brecha para uma revolução social. As ameaças reais ou potenciais das classes dominadas desencadeiam o pânico e reações violentas por parte da burguesia. Dessa forma, só existe espaço para mudanças dentro da ordem.

Estruturas econômicas pré-capitalistas [...] coloniais ou neocoloniais, serviram de patamar para a criação e a alimentação inicial do 'setor moderno' da economia [...] Doutro lado, em nenhum momento dinamismos econômicos procedentes de fora passaram para o plano secundário [...] sempre se mantiveram muito fortes e sempre desempenharam influências estruturais e funcionais determinantes. O que variou foi a capacidade da organização

interna da economia de lidar com tais dinamismos, explorando-os com maior flexibilidade e projetando-os em estruturas econômicas mais adequadas à expansão do capitalismo [...] O primitivo capitalismo mercantilista, que impregnou as atividades econômicas no período colonial e na transição neocolonial, não se evapora: ele continua entranhado no espírito dos agentes econômicos externos e internos, todos orientados por uma mentalidade especulativa predatória [...] todos compreendem a ‘necessidade’ e as ‘vantagens’ da coexistência do antigo regime dentro do novo. Por isso, não lutam contra tal coexistência [...] a modernização processa-se de forma segmentada e segundo ritmos que requerem a fusão do ‘moderno’ com o ‘antigo’ ou, então do ‘moderno’ com o ‘arcaico’, operando-se o que se poderia descrever como a ‘modernização do arcaico’ e a simultânea ‘arcaização do moderno’. (FERNANDES, 1981a, p. 51-80).

Neste padrão de desenvolvimento histórico, a revolução burguesa não destrói as formas sociais pré-capitalistas. Tal revolução consiste em um processo de lenta transformação das estruturas sociais, econômicas e políticas dentro da ordem. Esta revolução burguesa peculiar é constitutiva do capitalismo dependente, que se desenvolveu a partir do final do século XIX, já na fase imperialista, e adquiriu novo impulso a partir da crise de 1929, com o avanço da industrialização. As oligarquias não tiveram problemas em se adaptar às novas condições sociais, passaram por um processo de aburguesamento, adotando os padrões sociais, culturais e econômicos da sociedade competitiva, amalgamando-os com os padrões patrimonialistas. A burguesia, por seu turno, contemporiza com os interesses oligárquicos, não confrontando com essas forças, mas articulando-se a elas. As classes dominantes rapidamente se unificam ante qualquer ameaça considerada mais perigosa dos de baixo. As divergências seriam de caráter secundário e não poriam em risco o controle da modernização conservadora por parte das classes dominantes. As várias frações das classes dominantes se iriam se articular em torno do Estado, cujo controle é fundamental tanto para incrementar a acumulação por meio de diferentes políticas de fomento, de subsídios e de ação direta no campo econômico quanto para controlar as

classes dominadas com mão de ferro, o que é fundamental para manter a ordem (FERNANDES, 1981a).

Para Fernandes, as três alternativas estariam colocadas, quais sejam: a manutenção da ordem social vigente, o aperfeiçoamento de um capitalismo de Estado capaz de levar a cabo lentas transformações dentro da ordem e a revolução socialista⁷. Florestan aparentemente não descartava a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo e com reformas. Porém, sem superar completamente a ordem social vigente. Hoje, verifica-se que o Brasil e o restante da América Latina continuam na via do capitalismo dependente.

III CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitalismo dependente consiste em uma via não clássica de desenvolvimento capitalista na qual o atrasado e o moderno estão articulados, caracterizando uma forma de desenvolvimento desigual e combinado. A situação histórica de dependência permanece intocada, assim como a situação de profunda desigualdade social. Continuamos no caminho do capitalismo dependente. A reprimarização das exportações, a desindustrialização em curso em vários países latino-americanos, dentre eles o Brasil, a incapacidade das forças de centro esquerda, que alcançaram vários governos na região na primeira década do século, em diversificar a economia e imprimir transformações estruturais de fundo indicam os gigantescos obstáculos para romper com o capitalismo dependente. O golpe de Estado no Brasil ilustra a dificuldade de mudanças mesmo dentro da ordem, pois os governos Lula e Dilma buscaram implementar, com algum sucesso, um crescimento com modesta distribuição da renda, sem mexer nos interesses e privilégios da classe dominante e sem mobilização

⁷ Em suas palavras: Sob as condições econômicas, socioculturais e políticas dos países latino-americanos [uma] alternativa implica a implantação e aperfeiçoamento de um novo tipo de capitalismo de Estado, capaz de ajustar a velocidade e a intensidade do desenvolvimento econômico e da mudança sociocultural aos requisitos da 'revolução dentro da ordem social'. A outra resposta alternativa só pode surgir de uma rebelião popular e radical de orientação socialista [...] A última alternativa, sem dúvida, abre caminho para a realização dos padrões mais elevados da razão humana e para a liberação real das sociedades latino-americanas. Todavia, ambas as soluções poderiam dar início novas vias de evolução da América Latina, na direção de uma história de povos livres e independentes (FERNANDES, 1981a, p. 31-32).

popular. Este desfecho confirma as proposições de Fernandes. Entretanto, o circuito da história, como próprio Florestan assinalava, não se fecha permanentemente e cabe às classes dominadas criar alternativas.

REFERÊNCIAS

- BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. São Paulo: Abril, 1984.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 1988.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- CASTELO, Rodrigo. *Subdesenvolvimento, capitalismo dependente e revolução: Florestan Fernandes e a crítica da economia política desenvolvimentista*. 2012. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2012/11/R-C-Branco-FF.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2019.
- CORSI, Francisco Luiz. Caio Prado Jr. e a questão do desenvolvimento. In: MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações Vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 135-151.
- CORSI, Francisco Luiz. Notas sobre o capitalismo dependente: a contribuição de Florestan Fernandes. *Revista de Economia Política e História Econômica*, São Paulo, v. 38, p. 116-136, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981a.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981b.
- FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global, 2008.
- FIORI, José Luís. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: UNESP, 2009.

PAIVA, Carlos Águedo Nagel; SILVA, Claudionor Borges. Teorias da dependência na América Latina: convergências e divergências entre Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes. In: ENCONTRO DE CÁTEDRAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 1., Maringá, 2011. *Trabalhos Apresentados* [...]. Brasília, DF: IPEA/CAPES, 2011. 20 p. Disponível em: <https://territoriopaiva.com.br/ZipArquivos/pt-projetos-> Acesso em: 10 nov. 2019.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SANTOS, F. P. O enfoque histórico-estruturalista e a crítica relegada. *Textos de Economia*, Florianópolis, v. 14, n.1, jan./fev. 2011.

SODRÉ, Nelson W. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1971.

TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VALENCIA, Adrián Sotelo. *Teoria da dependência e desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. Bauru: Práxis, 2008.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. O Brasil e o novo desenvolvimentismo. *Interesse Nacional*, São Paulo, p. 76-85, abr./jun. 2011.

COHN, Gabriel. O eclecismo bem temperado. In: D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. da UNESP, 1987. p. 48-53

FIORI, José Luís. *História, estratégia e desenvolvimento: para uma geopolítica do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. da UNESP, 1987.

LOVE, Joseph LeRoy. *A construção do terceiro mundo: teorias do subdesenvolvimento na Romênia e no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo: Polis, 1984.

MAZZEO, Antônio Carlos; LAGOA, Maria Izabel (org.). *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista; O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003a.

OLIVEIRA, Francisco de. *A navegação venturosa: ensaios sobre Celso Furtado*. São Paulo: Bomtempo, 2003b.

OLIVEIRA, Giuliano Contento de; VAZQUEZ, Daniel Arias. Florestan Fernandes e o capitalismo dependente: elementos para a interpretação do Brasil. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 137-160, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SAMPAIO JÚNIOR, Plínio de Arruda. *Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SEREZA, Haroldo Ceravolo. Florestan Fernandes. In: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (org.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 227-238.

SILVA, Ricardo. *A ideologia do estado autoritário no Brasil*. Chapecó: Argos, 2004.

TROTSKY, León. *A revolução permanente*. São Paulo: Kairós, 1985.